

*Intervenção do Deputado José Andrade
no debate do Relatório da Audição Parlamentar ao Diretor
do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal
Horta, 21 de junho de 2013*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Supostamente, estamos aqui a apreciar o Relatório da Audição do Parlamento dos Açores à Direção da RTP/Açores.

Ironicamente, o mais importante deste relatório é o que ele não diz!

Não por falha da sua relatora, mas por culpa da opção do PS.

O mais importante para o Parlamento dos Açores e para a RTP/Açores, neste momento, não é discutir porque foi preciso alugar mais uma câmara para cobrir o Rally de S. Miguel ou porque não foi possível transmitir a missa pascal a partir da Sé de Angra.

Neste momento, o mais importante para o Parlamento dos Açores e para a RTP/Açores é o futuro da própria televisão açoriana.

Sobre esta matéria, importa deixar aqui, como ponto prévio, os dois pressupostos que posicionam o PSD/Açores no debate que importa e que foram desde cedo assumidos pelo presidente Duarte Freitas.

Primeiro:

Sobre o futuro da RTP/Açores, o PSD não está nem contra nem a favor do Governo da Região ou do Governo da República. O PSD está só a favor dos Açores.

Segundo:

Para o PSD/Açores, o que é fundamental é manter o serviço público de televisão na Região e manter os postos de trabalho da RTP/Açores.

Este é o debate que importa fazer.

Mas, por muito incrível que a todos possa parecer, o futuro da televisão açoriana está a ser definido à margem do Parlamento dos Açores e nas costas da RTP/Açores.

Tudo passa, simplesmente, por um grupo de trabalho que foi constituído com dois colaboradores da Presidência do Governo e com três administradores da RTP/Nacional.

Não é o Governo da Região a negociar com o Governo da República nem é a direção regional a discutir com a administração nacional.

É um grupo de trabalho, que não é nem político nem técnico, de conversas cruzadas entre um governo regional e uma empresa nacional.

Mas isso, já sendo estranho, não é ainda o mais grave.

O que é grave, e politicamente inaceitável, é que o órgão máximo da Autonomia dos Açores, o órgão representativo da vontade dos açorianos, não

tenha sequer uma palavra a dizer – no tempo certo e no espaço próprio – sobre o futuro da televisão açoriana.

Lembram-se do “Memorando de Entendimento”?...

Quando a própria direção da RTP/Açores admite e alerta que estamos a viver um momento que é decisivo e que estamos confrontados com uma decisão que é política, ninguém compreende, para além do PS, que o Governo decida sozinho sem dar cavaco ao Parlamento.

Lembram-se do “Memorando de Entendimento”?...

Este governo não está politicamente legitimado para decidir sozinho o futuro da televisão pública nos Açores.

Para isso, não tem legitimidade eleitoral e não tem legitimidade parlamentar.

Não tem legitimidade eleitoral, porque o programa eleitoral de governo que o PS submeteu aos açorianos nas eleições regionais de outubro não tinha uma única palavra sobre o presente ou sobre o futuro da televisão nos Açores.

Não tem legitimidade parlamentar, porque o programa de governo que foi debatido e aprovado nesta Assembleia para os próximos quatro anos continuava sem ter uma palavra, uma ideia, um modelo sobre o futuro da RTP/Açores ou sobre a criação de qualquer outra entidade concessionária do serviço público de televisão na Região.

O PS não submeteu aos eleitores e o Governo não submeteu ao Parlamento uma proposta formal que legitime a sua atuação nesta matéria.

E, apesar disso, a Região tem um chefe de gabinete e um assessor a discutirem o futuro da Televisão dos Açores com o conselho de administração da RTP!

Tão grave como não estar mandatado para isso é o governo faltar à verdade perante o órgão de que depende.

A 15 de maio de 2013, o senhor Presidente do Governo afirmou categoricamente neste Parlamento o seguinte:

“Este Governo (esta maioria) tem um mandato e tem um programa. Desse programa constam propostas no caso da RTP”. Fim de citação.

Não é verdade, Senhor Presidente do Governo.

E até reforçou isso mesmo nos termos que passo a citar:

“O Governo, em relação à RTP, apresentou uma proposta que consta do seu manifesto eleitoral e que é da constituição de uma empresa pública”.

Fim de citação.

Isso não é verdade. O Senhor Presidente do Governo não disse a verdade.

A verdade é que o programa eleitoral do PS e o programa do XI Governo Regional não dizem nada sobre a RTP/Açores.

O PS vai lembrar que o candidato Vasco Cordeiro defendeu a “criação de uma empresa totalmente pública e regional” em declarações de pré-campanha à imprensa no dia 8 de junho de 2012.

Mas uma matéria tão importante como a televisão pública dos Açores não se pode ficar por intensões verbais de pré-campanha.

Tem que ser formalizada junto do eleitorado e tem que ser legitimada perante o Parlamento.

Mas isso não aconteceu, ao contrário do que aqui afirmou o Senhor Presidente do Governo.

Restava, portanto, ao governo uma única solução de recurso: envolver o Parlamento no processo negocial que define o modelo regional do serviço público de televisão e o futuro da RTP/Açores.

Tão simples e tão importante como isso.

Era uma questão de respeito pelos legítimos representantes do povo dos Açores – reconhecendo, considerando e valorizando a pluralidade partidária que resulta, democraticamente, da vontade expressa dos eleitores açorianos.

Como as negociações não levaram o rumo que deviam num plano verdadeiramente político e institucional, já nem se tratava, obviamente, de integrar o Parlamento num grupo de trabalho de natureza operacional.

Mas o mínimo que se exigia era que o Governo apresentasse no Parlamento, antes da constituição do grupo de trabalho e antes do início do processo de negociação, o projeto de televisão que defende para os Açores.

E que voltasse ao Parlamento no decorrer das negociações, sempre que necessário, fosse em sessão plenária ou em comissão competente, para prestar informações, recolher orientações e até ganhar assim maior poder negocial.

Foi isso que o PSD defendeu em reunião com a Subcomissão de Trabalhadores da RTP/Açores a 8 de janeiro.

Foi isso que o PSD propôs em reunião da comissão permanente dos Assuntos Parlamentares a 11 de abril.

Foi isso que o PSD reafirmou em reunião da mesma comissão a 16 de abril.

Foi nisso que o PSD insistiu já no plenário de 15 de maio.

Mas o PS chumbou em comissão a proposta do PSD para audição do governo sobre as negociações em curso.

E o Presidente do Governo declarou em plenário que as informações ao Parlamento não são dadas quando o Parlamento entender mas sim quando o Governo quiser.

Fê-lo nos termos que passo a citar:

“Em relação ao cumprimento daquela que é a proposta apresentada aos açorianos e que este governo está a cumprir, quando houver alguma evolução sobre esse assunto cá estaremos. Estão a decorrer negociações? Estão! Cá estaremos para informar”. Fim de citação.

A verdade é que as negociações supostamente decorrem e que o Governo nunca cá esteve para informar sobre isso o Parlamento.

Resultado: não se conhece nem o conteúdo nem a situação das negociações, mas também não se percebe o seu calendário.

A 23 de fevereiro, no final de uma reunião com o presidente da RTP, o Presidente do Governo anuncia à imprensa – à imprensa e não ao Parlamento – que ambas as partes acordaram indicar os respetivos interlocutores para constituição de um grupo de trabalho.

Na mesma ocasião, o presidente da RTP garante que a administração da empresa e o governo regional esperam concluir o Plano de Redimensionamento da RTP/Açores até 31 de março.

Na audição parlamentar de 6 de junho – e, portanto, no relatório que temos agora em apreciação – o diretor da RTP/Açores “**lembrou que o Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento aponta para que no primeiro semestre se chegue a um acordo relativamente ao futuro da RTP/Açores e que é nesse contexto que está equacionado tudo o que é necessário: qual é o serviço público regional, se a RTP vai ter 3 polos, se esses polos têm autonomia editorial**”.

Aqui está como tudo o que importa saber não está no relatório em apreciação.

Não resisto a fazer aqui uma analogia significativa:

Em matéria de debate sobre o futuro da RTP/Açores, para o Partido Socialista, o Governo fica com o “Parque das Nações” e o Parlamento entretém-se com o “Portugal dos Pequeninos”.

Para baralhar ainda mais este processo negocial de sucessivas incertezas, temos a última reunião da CAPAT a 6 de junho, em que o PS volta a chumbar uma proposta do PSD para audição de um membro do governo e, ao mesmo tempo, faz aprovar uma proposta do BE para audição de um chefe de gabinete.

Declarações de voto na reunião da comissão:

O PSD estranha a reviravolta do PS quando as negociações supostamente ainda decorrem, porque há 2 meses defendia que o Governo só devia ser ouvido pelo Parlamento no final destas mesmas negociações.

O PS justifica que 2 meses depois já é tempo de ouvir o grupo de trabalho, porque... ou já concluiu ou está num impasse.

Moral da história:

O Governo Regional do Partido Socialista tem muito que explicar aos açorianos sobre o que anda a negociar, nas costas do Parlamento, para o futuro da televisão pública nos Açores.

E não é com um chefe de gabinete numa comissão parlamentar.

É com o Presidente do Governo no plenário do Parlamento.

Para grandes males, grandes remédios!

Estamos no momento certo e no lugar próprio.

Senhor Presidente do Governo, **somos todos ouvidos!**

José Andrade

(NOTA: ...mas o Senhor Presidente do Governo nem se dignou estar presente!)